

Governo teme recessão

Jornal de Brasília

econômica em 87

Herival Rios
Agência Estado

Um alarme está soando dentro do governo e dividindo a equipe econômica: pode haver recessão em 1987, coisa que vai contrariar completamente a opção feita pelo presidente Sarney ao definir os principais pontos da sua política econômica. Os perigos de recessão já estão sendo reconhecidos por vários economistas do Ministério do Planejamento e da Fazenda. O Palácio do Planalto já foi alertado sobre o assunto, mas um grupo forte dentro do governo prefere desconhecer este perigo, assinalando que ainda é muito cedo para se fazer tal projeção. Esta, por exemplo, é a posição mais corrente no Banco Central.

Os que estão preocupados com os perigos de uma recessão no próximo ano, assinalam que ela virá na onda de uma queda geral dos investimentos internos e externos — sustentada por uma onda de incertezas quanto ao futuro da economia — e por um patamar proibitivo das taxas de juros no mercado interno. Este grupo quer que o governo defina logo, com riqueza de detalhes, os próximos passos da política econômica de médio e longo prazos e adote medidas para conter as taxas de juros.

O outro grupo, entretanto, acha que não se deve fazer nada por enquanto; do contrário estará sendo neutralizado tudo o que foi feito até agora para corrigir o excesso de demanda na economia. Entendem, assim, que deve ser dado um prazo de mais dois a três meses, até que as altas de juros realizem o seu trabalho básico de atrair poupanças e de conter a demanda.

Arrefecimento

Este grupo é muito forte e de grande influência sobre o ministro Dílson Funaro e sobre o presidente do Banco Central, Fernão Bracher. Se até lá a demanda não for contida, se não houver um arrefecimento natural das taxas, aí sim, deverão ser tomadas medidas de política monetária para reduzir os juros e recuperar os investimentos.

O grupo mais ortodoxo, que não está preocupado com os perigos de uma recessão para 1987, reconhece a culpa do governo pelas altas taxas de juros que, na última semana, atingiram o patamar médio de 201% nos CDBs (Certificados de Depósitos Bancários).

O principal responsável por este fator é o aperto de liquidez determinado pelo Banco Central. A expansão da base monetária não tem acompanhado os movimentos da demanda por moeda e da inflação acumulada de pouco mais de 10%.

Este aperto se agravou com as pressões sobre a liquidez, naturais de fim de ano, quando os empresários precisam de mais dinheiro para pagar o 13º salário.

Interbancário

Com a liquidez apertada, o próprio Banco Central tem disputado avidamente os recursos do mercado, puxando para cima as taxas do "over night". Assim, tudo o que os CDBs têm feito é acompanhar este movimento altista das LBCs (Letras do Banco Central). E nas disputas de recursos com o Banco Central, as instituições privadas saem perdendo. Tanto é assim que têm que apelar para elas próprias, a fim de cobrir suas posições, o que faz com que se tenham taxas absurdamente elevadas no interbancário, de mais de 20% ao mês em "emprestimos" por um dia.

Algumas instituições financeiras chegaram a oferecer esta semana, nos CDBs, 240% ao ano para aplicações de 60 dias. E nem assim conseguiram captar o que necessitavam, tendo mesmo de apelar para os CDIs (Certificados de Depósito Interbancário). Isso mostra que, diante das incertezas da economia, o aplicador está achando 60 dias um prazo muito longo para aplicar seus recursos. Com medo de perder dinheiro, todos estão correndo mesmo é para o "open market", onde qualquer inversão brusca de sentido na política econômica pode ser reparada nos rendimentos de um dia para o outro.

Alterações

Quando o governo diz que está estudando mudanças na política de juros, para o grupo que está assumindo um papel ortodoxo, está se referindo apenas a alterações na área tributária para os ganhos de capital. De fato — assinalam — o sistema tributário recentemente concebido, partia do pressuposto de uma economia com inflação residual. Com o Plano Cruzado II, obrigado a fazer correções de preços e de salários, a economia terá não uma inflação residual, mas uma inflação pequena. E a cobrança de impostos, portanto, tem de ser adequada a esta realidade.

O que se pode fazer neste momento para conter os juros é esperar e aprender a conviver com os juros altos. Enquanto se espera, os investimentos de longo prazo serão bancados, na medida do possível, pelo governo, mediante juros subsidiados (isto é, a taxas inferiores às do mercado) do sistema de crédito agrícola, e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), BASA (Banco da Amazônia S/A) e BND (Banco do Nordeste do Brasil).